

A escolha e o uso do livro didático pelos professores das áreas de Ciências Naturais e Matemática: as pesquisas que abordam essa temática

The choice and the use of the textbook by teachers in the areas of Natural Sciences and Mathematics: researches on this topic

Maria Aparecida de Souza Perrelli*

Adriana Araújo de Lima**

César Cristiano Belmar***

* Doutora em Educação para a Ciência. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: cidaperrelli@gmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: adrianabio.araujo@gmail.com

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: cesarcbelmar@gmail.com

Resumo

Este estudo refere-se a uma análise das pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil a respeito da seleção e do uso do livro didático (LD) pelos professores das áreas de Ciências Naturais (Ciências, Biologia, Física e Química) e Matemática. Foram analisadas teses e dissertações cadastradas na base de dados da CAPES (www.capes.gov.br). Verificou-se a escassez de trabalhos sobre o tema. As pesquisas priorizam os professores das escolas públicas como sujeitos de seus estudos. A escolha do LD, de modo geral, ocorre de forma solitária, aligeirada, sem consulta ao Guia do PNLD e, às vezes, sofre interferência dos órgãos gestores. O livro escolhido é aquele mais afinado com as orientações curriculares das Secretarias de Educação e que contém textos claros e simples, além de boas ilustrações e exercícios. O LD apoia o professor principalmente na gestão do tempo das aulas e na sequência e aprofundamento dos conteúdos.

Palavras-chave

Livro didático. Professores de Ciências. Professores de Matemática.

Abstract

The study refers to an analysis of academic research conducted in Brazil regarding the selection and the use of Textbooks by teachers of Natural Sciences (Sciences, Biology, Physics and Chemistry) and Mathematics. Were analyzed the registered researches in CAPES (www.capes.gov.br) database. It was found

a paucity of studies on the subject. The researches prioritize public school teachers as subjects of their studies. The choice of textbooks generally occurs solitarily, lightly, without consulting the Textbook Guide and sometimes the management agencies interfered on this process. The chosen book is the one more in tune with the Department of Education curriculum guidelines, contains clear and simple texts and good illustrations and exercises as well. The textbook supports the teacher in his class management and the sequence and depth of content.

Key words

Textbook. Science teacher. Math teacher.

Introdução

A pesquisa ora apresentada está vinculada ao Programa Observatório da Educação e inserida no projeto “Inovações Educacionais e Políticas Públicas de Avaliação e Melhoria da Educação no Brasil” (IEPAM)¹, que estuda os impactos de políticas públicas nas redes escolares, em especial dos programas de avaliação em larga escala, e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dessas políticas, nosso interesse recai sobre o PNLD, mais especificamente naquilo que diz respeito à participação do professor.

Este trabalho se constitui em um desdobramento e uma ampliação de uma pesquisa que vimos desenvolvendo há alguns anos, com objetivo de mapear a produção acadêmica brasileira (teses, dissertações e artigos) voltada ao estudo do livro didático (LD).

No Brasil, a investigação sobre o LD não se caracteriza como um campo novo de pesquisas. Nas últimas décadas, principalmente, essas obras foram alvo de um número expressivo de trabalhos acadêmicos. Em uma pesquisa que realizamos em 2011, encontramos, entre teses e dissertações produzidas de 1987 a 2009 e cadastradas na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mais de 1.800 trabalhos que abordavam o tema, seja como foco principal, seja como secundário, em diversas áreas do conhecimento e com diferentes problemas de investigação, entre estes, o mercado, as políticas, os programas governamentais e os aspectos propriamente educacionais do LD (LIMA; PERRELLI, 2011). Atualizados esses dados, verificamos, até 2012, mais de 2700 trabalhos com a palavra chave “livro didático”.

Analisando os resumos desses trabalhos, evidenciamos que a maior parte deles tinha como objeto de estudo os conteúdos presentes no livro didático, no que diz respeito à acuidade conceitual, aos temas abordados, às concepções de ensino e à ideologia subjacentes, entre outros, sendo raros aqueles que abordavam o

¹ Projeto submetido e aprovado – Edital 001/2008 CAPES/INEP/SECAD – Observatório da Educação. Está sendo desenvolvido em rede pelas seguintes IES: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

professor e suas ações na escolha e no uso do LD (menos de 3% tomavam essa questão como objeto de análise, como foco principal ou secundário).

Como são escassas as pesquisas sobre a escolha e o uso do LD, sabe-se pouco acerca de como acontecem tais ações e quais são os seus determinantes. Isso dificulta a pensar em possíveis contribuições para a qualificação desses processos e a participação de todos os atores neles envolvidos.

Visando a ampliação e aprofundamento dos estudos sobre o tema, nos propusemos a desenvolver uma pesquisa que pudesse servir de estímulo e ponto de partida para outras investigações relacionadas à escolha e ao uso do LD. Com essa intenção, optamos por mapear a produção acadêmica brasileira que enfoca o professor e suas ações de escolha e uso do LD.

Nossa preocupação com essa questão está situada no contexto atual da política do PNLD. São altos os investimentos do governo federal no PNLD visando atender a milhões de alunos² das redes públicas de ensino com livros didáticos de boa qualidade. Esse Programa prevê a

participação ativa do professor no processo de escolha do LD.

Sendo assim, importa conhecer o que dizem as pesquisas acerca dos fatores implicados nesse processo (como ocorre, os critérios utilizados pelo professor e quais os seus condicionantes), como os LD são utilizados e como essas questões se relacionam com o PNLD. Admitindo, então, a importância do LD, tanto nos seus aspectos educacionais, como também no âmbito de uma política governamental, justificamos a pertinência desta pesquisa que visa traçar um panorama dos trabalhos acadêmicos que abordam o processo de escolha e/ou o uso do LD.

Para este artigo nos restringiremos ao estudo da questão voltada aos componentes curriculares relacionados com as áreas das Ciências Naturais e Matemática.

1 O livro didático: importância e políticas governamentais de distribuição nas redes escolares

Durante muito tempo, o livro didático foi entendido como uma produção cultural menor. Assim concebido, era desconsiderado por bibliógrafos, educadores e intelectuais. Nas últimas décadas, porém, com a ampliação do quadro de análise dessas obras, essa compreensão mudou, passando a constatar a sua importância na escola contemporânea nos aspectos educacionais relacionados ao ensino e aprendizagem (BITTENCOURT, 2004) e nos seus aspectos políticos e culturais, na medida em que o LD reproduz e representa os valores da sociedade, a visão da ciência, da história,

² Investimentos no PNLD: (A) No Ensino Fundamental: Investimento: R\$ 751.725.168,04; Alunos atendidos: 24.304.067; Escolas beneficiadas/Anos Iniciais: 47.056; Escolas beneficiadas/Anos Finais: 50.343; Livros distribuídos: 91.785.372. (B) No Ensino Médio: Investimento: R\$ 364.162.178,57; Alunos atendidos: 8.780.436; Escolas beneficiadas: 21.288; Livros distribuídos: 40.884.935. Dados obtidos em <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>, acesso em 30 de abril de 2013.

da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984).

O livro didático faz parte da cultura e da memória de muitas gerações. Analisando a sua presença no contexto sociocultural, observa-se que ele acompanha o desenvolvimento do processo de escolarização do Brasil. Até a primeira metade do século passado, não era notável a sua presença na escola, isto é, os conteúdos escolares e as metodologias de ensino vinham com o professor; nas décadas seguintes, com a democratização do ensino e com os impactos que esse fenômeno produziu, os conteúdos escolares, assim como os princípios metodológicos, passaram a ser veiculados pelos livros didáticos (ROMANATO, 2004). Assim sendo, para Martins (2006), a indiscutível importância do livro didático no cenário da educação só pode ser compreendida em termos históricos, pensando na relação entre este material educativo e as práticas constitutivas da escola e do ensino escolar. Nessa perspectiva, o livro didático é concebido como um artefato cultural, isto é, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade.

Para Lajolo (1996), o livro didático, dependendo das condições sociais e materiais da escola, do professor e do aluno, pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado, muito embora ele não seja o único material de que os professores e alunos disponham para ensinar. Freitas e Rodrigues (2008) assinalam que, apesar dos avanços tecnológicos e da enorme

variedade de materiais disponíveis no mercado (audiovisuais, internet, softwares didáticos etc.), o livro didático continua sendo o recurso relevante e mais utilizado no ensino escolar.

Daí decorre a necessidade de pesquisá-lo. E a preocupação em pesquisá-lo, de acordo com Lajolo (1996), aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe, muitas vezes, marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina nas escolas.

Concordando com a autora, manifestamos nossa preocupação com a grande repercussão que o LD possa ter no ensino brasileiro, uma vez que, na atualidade, essas obras são alvo de um programa, o PNLD, que alcança milhões de estudantes e requer altíssimos investimentos do dinheiro público.

Como se configura esse Programa?

Pode-se dizer que a ideia de distribuir obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira se origina no ano de 1929, quando da criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Essa política, desde então, vem passando por várias mudanças, algumas das quais destacaremos, de modo sintético, a seguir.

Na década de 1930, ocorre a criação de uma Comissão Nacional do Livro didático (CNLD), que regulamenta a política nacional voltada a esse material, determinando, entre outros, o compromisso de examinar, avaliar e julgar os livros didáticos a serem publicados ou não e o seu consumo nas escolas. Na década de 1960, durante o regime militar, cria-se a

Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), que obtém recursos externos para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos, além de instalação de bibliotecas e cursos de treinamento para os professores. Extingue-se a COLTED em 1971; o INL assume suas funções e passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Com a extinção do INL, em 1976 a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) passa a executar o programa do LD. Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das Unidades da Federação, o governo assume a compra de grande parcela dos livros usados nas escolas públicas (BRASIL, 2011).

No início dos anos 80, a política do LD é marcada pela forte centralização de decisões sobre a sua escolha, financiamento e distribuição (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989). A década de 90 marca a efetivação da política do LD no Brasil. Em 1993, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução n. 6 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vincula recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, a partir de então, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do LD (BRASIL, 2011).

Em 1994, o MEC define uma equipe de especialistas das diversas áreas do conhecimento e estes passam a analisar os livros a serem adquiridos pelo Programa. Inicia-se, então, em 1996, o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos

para o PNLD 1997. Esse procedimento é aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo, entre outros problemas, são excluídos. Ao final da análise, é elaborado o Guia do Livro Didático contendo os títulos aprovados, além da descrição analítica dos diferentes quesitos avaliados e os pontos fortes e fracos de cada obra. Esse Guia é disponibilizado na internet e também na forma impressa com intuito de auxiliar o professor na escolha do LD (BRASIL, 2011).

Como se pode notar, desde a sua criação o Programa vem se aperfeiçoando, seja do ponto de vista de qualidade dos livros didáticos, seja na abrangência e distribuição desse material em todo o país. O PNLD, na atualidade, atinge o Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as classes de alfabetização infantil. O Programa inclui também a aquisição e distribuição de dicionários da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, LD em Braille, Atlas Geográfico e Obras Complementares visando incrementar a aprendizagem no ciclo de alfabetização.

A figura do professor, como agente no processo de seleção e indicação das obras didáticas que utiliza em sala de aula, é vista pelo Programa como um dos pilares da sua execução. Por esse motivo, é de suma importância a realização de pesquisas que busquem analisar como ocorre, de fato, a participação do professor nesse contexto.

2 O caminho metodológico da pesquisa

Para mapear a produção acadêmica em torno do tema, optamos por realizar uma pesquisa do tipo bibliográfico. Segundo Moreira e Caleffe (2006, p. 74), essa pesquisa é “desenvolvida a partir de material já elaborado constituído de livros e artigos científicos”, além de teses, dissertações, entre outras fontes, e tem por objetivo principal colocar o pesquisador em contato direto com o que foi produzido acerca do tema sobre o qual se pretende investigar. Segundo os autores, não se trata, porém, de uma mera repetição do que foi escrito a respeito de um determinado assunto, e sim de uma interpretação crítica a partir dos textos consultados. Nessa mesma direção, Cervo e Bervian (2002, p. 65) assinalam que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”, buscando “conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto ou tema”.

Nesta pesquisa, privilegiamos uma fonte de consulta para obtenção dos dados: o Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) disponível no site <<http://www.capes.gov.br>>.

O levantamento foi realizado em quatro etapas. A primeira consistiu na busca dos títulos no banco de dados. Para tanto usamos o critério “assunto” e a expressão exata “livro didático”. Foram encontrados 2.736 trabalhos cadastrados de 1987 a

2012. A segunda etapa consistiu na leitura dos títulos e no descarte daqueles que claramente indicavam um objeto de estudo diferente do que estávamos buscando. A terceira etapa foi dedicada à leitura dos resumos dos trabalhos que diziam respeito ao tema de nosso interesse, em quaisquer que fossem os componentes curriculares contemplados. Consideramos, para tanto, os que elegeram a análise da escolha e/ou o uso do LD como objetivo geral ou como objetivo específico (ou seja, os que analisaram a questão como meio para alcançar outro objetivo, por exemplo, identificar as tendências da prática pedagógica, as concepções do professor etc.). Após essa triagem, selecionamos aqueles relacionados às áreas das Ciências Naturais (Ciências, Biologia, Física e Química) e Matemática. Em seguida, fomos a busca dos trabalhos na íntegra para que pudéssemos fazer as análises pretendidas. Foram identificados 60 trabalhos (ou 2,1% do total) referentes ao tema da escolha e/ou uso do LD nos diferentes componentes curriculares. Destes, 20 diziam respeito aos componentes Física, Química, Biologia, Ciências e Matemática, todos eles em nível de Mestrado. Não identificamos nenhum trabalho sobre o tema, nesses componentes, em nível de doutorado. Trataremos desses 20 trabalhos de ora em diante. Os demais (40 trabalhos) serão nosso objeto de estudo futuro, e estão listados no Anexo 1.

Dos 20 títulos selecionados, tivemos acesso, na íntegra, a nove Dissertações sobre o tema vinculadas às Ciências Naturais e cinco, à Matemática. Aos restantes, apesar das tentativas, não tivemos

acesso. Procuramos minimizar o problema partindo para a leitura dos artigos, frutos das Dissertações. Foram encontrados dois artigos relacionados aos títulos restantes, ambos das áreas das Ciências Naturais. Dos demais (quatro, sendo dois de ciências e dois de matemática) só conseguimos acessar os resumos disponibilizados no banco de teses e dissertações da CAPES. Por trazerem algumas informações de interesse desta pesquisa, decidimos incluí-los como fonte de dados.

Com a leitura dos trabalhos selecionados, foi possível elencar os seguintes descritores para análise: (1) Instituição de Ensino Superior à qual estão vinculadas; (2) Programa de Pós Graduação no qual

estão inseridas; (3) Ano de Defesa; (4) Orientador; (5) Lócus do Estudo (Rede de Ensino, município e estado); (6) Nível de Ensino contemplado (Fundamental ou Médio); (7) Tema abordado: uso e/ou escolha do livro didático; (8) Metodologia da pesquisa; (9) Principais resultados.

3 As pesquisas sobre a escolha e o uso do LD das áreas de Ciências Naturais e Matemática: uma caracterização

Uma lista geral das Dissertações que selecionamos para procedermos às análises segundo os descritores elencados anteriormente pode ser vista no Quadro 1.

Título da Dissertação	Autor/IES	Ano	Comp. Curric.	Formato de acesso
As sequências de conteúdos em aulas de Biologia: o uso do LD	Aguinalda Alves Teixeira Filha/UFRPE	2007	Biologia	Integral
O uso do LD no ensino de Biologia	Gloria Garcia de Oliveira Nascimento/UnB	2002	Biologia	Artigo
Alguns aspectos que influenciam a escolha e o uso do LD pelos professores das ciências naturais na educação básica.	Luciana Campos Miranda/UFMG	2009	Biologia	Integral
Significando o LD: com a palavra o professor de ciências.	Mariana Cassab Torres/UFRJ	2003	Ciências	Artigo
O papel e o uso do LD de ciências nos anos finais do ensino fundamental.	Denise Estorilho Baganha/UFPR	2010	Ciências	Integral
Como os professores de 6 ^ª ao 9 ^ª anos usam o LD de ciências.	Fernanda Malta Guimarães/UNICAMP	2011	Ciências	Integral
Seleção e uso do LD de ciências por professores iniciantes e experientes, da rede municipal de ensino de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	India Mara Sgnaulin/UCDB	2012	Ciências	Integral
O processo de escolha do LD de ciências por professores de 1 ^ª a 4 ^ª séries.	Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto/USP	2003	Ciências	Integral

Título da Dissertação	Autor/IES	Ano	Comp. Curric.	Formato de acesso
O LD, os PCNs de ciências naturais e a prática pedagógica/resumo.	Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher/UNIJUÍ	2000	Ciências	Resumo
Relatos de professores de física sobre processos de escolha e utilização do LD.	Ângela Maria Souza Costa Gonçalves dos Santos/UFRI	2006	Física	Integral
Seleção e utilização de LD de física em escolas de educação básica.	Luciana Bagolin Zambon/UFMS	2012	Física	Integral
A mediação do LD de física em um processo de ensino-aprendizagem/resumo	Célia Regina Silva Santos/UNIMEP	2001	Física	Resumo
Os LD de química para o ensino médio: critérios de análise e concepções de professores.	Sandra Noemi Finzi/USP	2008	Química	Integral
O uso do LD de matemática: analisando a prática docente no ensino do sistema de numeração decimal.	Maria Luíza Laureano Rosas/UFPE	2008	Matem.	Integral
Concepções de professores de matemática: considerações à luz do processo de escolha de livros-texto.	Leticia Maria Cordeiro de Campo Giani/UNESP	2004	Matem.	Integral
Critérios de adoção e utilização do LD de matemática no ensino fundamental, e a participação do professor na adoção: o caso do Agreste de Pernambuco.	Clóvis Gomes da Silva Júnior/UFPE	2005	Matem.	Integral
O uso do LD de matemática por professores do ensino fundamental.	Esmeralda Maria Queiroz de Oliveira/UFPE	2007	Matem.	Integral
O ensino de matemática e o LD: um estudo de caso	Sandra Moraes Giannotti/UFL	2008	Matem.	Resumo
Critérios de escolha do LD de matemática: a experiência de escolas municipais de Nova Iguaçu.	Islene da Conceição Freitas/UERJ	2010	Matem.	Integral
O processo de escolha do LD de matemática do ensino fundamental na 27ª CRE.	Juliana Volcanoglo Biehl/ULBRA	2010	Matem.	Resumo

Quadro 1 - Dissertações sobre a escolha e/ou o uso do LD das áreas de Ciências Naturais e Matemática, seus autores, IES vinculadas, ano de defesa, componente curricular enfocado e formato de acesso

No Quadro 2, estão apresentadas as dissertações que foram analisadas, distribuídas segundo o componente curricular, o tema abordado, o nível de ensino e ano de defesa.

Componente Curricular	Uso do LD			Escolha do LD			Uso e Escolha do LD			T
	EFI	EFF	EM	EFI	EFF	EM	EFI	EFF	EM	
Ciências	1	2	-	-	2	-	-	1	-	06
Biologia	-	-	2	-	-	-	-	-	-	02
Ciênc/Bio/Qui/Fis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	01
Química	-	-	-	-	-	-	-	-	1	01
Física	-	-	1	-	-	-	-	-	2	03
Matemática	1	1	-	1	2	-	-	2	-	07
Total	2	3	3	1	4	-	-	3	4	20

Quadro 2 – Dissertações sobre o uso e/ou a escolha do Livro Didático das áreas das Ciências Naturais e Matemática, por componente curricular investigado, nível de ensino e tema abordado

N= Quantitativo de trabalhos; T = Total

EFI= Ensino Fundamental anos Iniciais (1ª ao 5ª ano); EFF= Ensino Fundamental anos Finais (6ª ao 9ª ano); EM= Ensino Médio.

Analisando o Quadro 2, observamos que o quantitativo de trabalhos que abordam exclusivamente o uso do livro didático (oito ou 40% do total) supera os que abordam a escolha (cinco ou 25%) e os que abordam dois temas conjuntamente (sete ou 35%).

Em relação ao nível de ensino, as pesquisas privilegiam o Ensino Fundamental (13 ou 65%), em especial dos anos finais (atualmente designados por 6ª ao 9ª ano). No caso da Matemática, não há nenhum trabalho voltado ao Ensino Médio. Este componente curricular foi objeto do maior número de investigações no Ensino Fundamental (sete), seguido de Ciências

(seis). No Ensino Médio, temos Física (três), Biologia (dois) e Química (um). Um dos trabalhos selecionados analisou o processo de uso e escolha por professores das áreas das ciências naturais (Física, Química, Biologia e Ciências).

A julgar pelo ano em que as Dissertações foram defendidas, pode-se dizer que o interesse por pesquisas em torno do tema, no âmbito das áreas que contemplamos neste trabalho, incrementa-se ao final da década de 1990 – nota-se que a primeira defesa ocorreu no ano de 2000. Desde então, a cada ano, registra-se pelo menos um trabalho. Essa distribuição está evidenciada no Quadro 3.

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
01	01	02	02	01	01	01	02	02	01	03	01	02

Quadro 3 – Distribuição do quantitativo das Dissertações sobre escolha e/ou uso de LD de Ciências, Física, Química, Biologia e Matemática segundo o ano de defesa

O fato de o tema da escolha e/ou uso do LD ter despontado como objeto de investigação a partir do ano de 2000 pode estar relacionado à expansão do PNLD nesse período, iniciada na segunda metade dos anos 1990. O Programa passa a incluir a disciplina de ciências em 1996. Nesse mesmo ano, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997. Entre 2007 e 2008, o Programa completa a grade de ofertas de LD para as disciplinas do Ensino Médio (BRASIL, 2011), daí talvez o interesse em pesquisar os componentes curriculares desse nível de ensino. Some-se a isso o fato de o Programa contemplar a participação do professor na escolha do LD (na realidade, esta era uma possibilidade

prevista desde o Decreto n. 91.542/85, para o professor do ensino de 1º grau). A partir de 1996, os professores passaram a escolher os livros didáticos somente após estes terem passado pela avaliação prévia de especialistas. Ressalte-se que no PNLD/1997 e 1998 foi permitido aos professores que optassem por um livro não recomendado pelos especialistas (MANTOVANI, 2009), permissão esta excluída após o PNLD/1999 (TOLENTINO-NETO, 2003).

Quanto às Instituições de Ensino Superior e respectivos Programas de Pós-Graduação nos quais os trabalhos selecionados foram desenvolvidos, foi observada uma dispersão por diversas universidades (16) e orientadores (19), como se pode ver no Quadro 4.

Instituições de Ensino Superior/UF	Programas de Pós-Graduação	Orientador(a)	T
UNIJUI/RS	Educação nas Ciências	Mario Osorio Marques	01
UnB/DF	Educação	Maria Helena da Silva Carneiro	01
USP/SP	Educação Ensino de Ciências	1- Nelio Marco Vincenzo Bizzo 2- Adelaide Fajoni-Alario	01 01
UFRI/RJ	Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde/Educação em Ciências e Saúde	Isabel Gomes Rodrigues Martins	02
UFMG/MG	Educação	Carmen Maria de Caro Martins	01
UFPE/PE	Educação	1- Ana Coêlho Vieira Selva 2- Gilda Lisboa Guimarães	01 01
UNESP/Bauru/SP	Ensino de Ciências e Matemática	Renato Eugenio da Silva Diniz	01
UFRPE/PE	Ensino das Ciências	1- Marcelo Câmara dos Santos 2- Rosane Maria Alencar da Silva	01 01
UFPR/PR	Educação	Nilson Marcos Dias Garcia	01
UFSM/RS	Educação	Eduardo Adolfo Terrazzan	01
UNIMEP/SP	Educação	Roseli Pacheco Schnetzler	01
UCDB/MS	Educação	Maria Aparecida de Souza Perrelli	01
UEL/PR	Educação	Elsa Maria Mendes Pessoa Pullin	01
UERJ/RJ	Educação, Cultura e Comunicação	Maria Isabel Ramalho Ortigão	01
ULBRA/RS	Ensino de Ciências e Matemática	Arno Bayer	01
UNICAMP/SP	Educação	Jorge Megid Neto	01
Total			20

Quadro 4 – Instituições de Ensino Superior, Programas de Pós-Graduação e Orientadores das pesquisas sobre escolha e/ou uso do LD de Biologia, Física, Química, Ciências e Matemática

O lócus de investigação de todos os trabalhos analisados foram escolas públicas, representadas por unidades escolares da rede municipal, estadual e/ou federal de ensino. Apenas dois deles, ambos da área de Ciências Naturais, foram desenvolvidos em escolas particulares em conjunto com públicas.

As escolas onde foram realizadas as pesquisas sobre como se dá a escolha e o uso do LD pelo professor das áreas de Ciências Naturais e Matemática encontram-se distribuídas em diferentes cidades e regiões do país: Recife, Agreste de Pernambuco e Petrolina (PE); Nova Iguaçu, Campos dos Goytacases e Rio de Janeiro (RJ); Canoas e Santa Maria (RS); Brasília (DF); Palmas (TO); Belém (PA); São Paulo, Taubaté, Tremembé, Caçapava, Pindamonhangaba (SP); Belo Horizonte, Governador Valadares (MG); Curitiba (PR) e Campo Grande (MS). Em quatro trabalhos (dois resumos e duas Dissertações) não identificamos com precisão a informação sobre o município onde a pesquisa fora realizada. Uma das Dissertações cita “escolas do interior de São Paulo” e a outra fala em “professores participantes da pesquisa escolhidos aleatoriamente”. Os dois resumos não dão pistas da localidade da pesquisa.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos das pesquisas, verificou-se que os pesquisadores lançam mão de um ou mais instrumentos combinados. Destes, predomina a combinação de questionários e entrevistas. As entrevistas foram citadas em 11 trabalhos e os questionários em oito, tanto para obtenção de dados sobre a escolha como também sobre o

uso do LD. Alguns trabalhos utilizaram-se da observação não participante (cinco deles) e participante (um trabalho) quando investigaram o uso do LD em sala de aula.

4 A escolha do livro didático: o que revelam as pesquisas

Observamos diversos pontos comuns nos trabalhos dos diferentes componentes curriculares, bem como algumas especificidades, como veremos a seguir.

De modo geral, os dados apontam que a participação do professor no processo de escolha do LD acontece de forma isolada. Os livros são escolhidos, na maioria das vezes, em um único dia (geralmente um dia antes de enviar a lista dos livros escolhidos para o MEC). A análise do LD acontece nos intervalos das aulas, no horário de planejamento, em uma ou duas horas de trabalho. São raros os casos em que os professores recebem orientação/assessoria pedagógica da escola ou dos órgãos gestores.

Há vários relatos de casos em que o professor não participa do processo de escolha do LD. Isso porque, muitas vezes, o professor que trabalha em duas ou mais escolas, não consegue estar presente em todas elas no momento da escolha. Com os professores iniciantes a situação se agrava, pois, além de trabalharem em várias escolas, não se sentem em condições de opinar sobre os livros e se excluem (ou são excluídos pelos mais experientes) do processo, acatando a escolha dos mais experientes. Os professores que não são do quadro efetivo da escola também não opinam na escolha do livro.

O Guia do LD não é usado e sequer conhecido por boa parte dos professores, principalmente dos novatos. Quando o conhecem, não o utilizam para auxiliar no processo de escolha do LD, pois consideram que todos os livros se assemelham e, dessa forma, entendem que a sua experiência é que balizará a análise e escolha do LD. Poucos foram os professores que disseram usar o Guia e levar em consideração as análises que apresenta, tanto na escolha como na utilização do LD.

Em alguns casos, a escolha do LD parte dos órgãos gestores, e não dos professores. Há casos em que as redes estadual e municipal entram em acordo sobre a escolha de uma única coleção. Isso é justificado pelos gestores como forma de garantir a unificação das obras distribuídas nas redes escolares, evitando, assim, transtornos em casos de transferência dos alunos, de aumento de número de vagas e da manutenção do acervo da reserva técnica.

Algumas vezes, a quantidade de livros que chegou às escolas não foi suficiente para todos os alunos. Houve casos em que os livros didáticos escolhidos não eram os que chegaram à escola (fato mais observado nas pesquisas do final da década de 1990 e início dos anos 2000). Os professores não foram informados das razões desses problemas, e isso foi motivo de grande insatisfação.

Do PNLD os professores conhecem apenas a sua faceta mais visível, qual seja a distribuição gratuita do LD para os alunos. Para eles, o que se valoriza nesse Programa é o seu lado burocrático

(leis, decretos, normativas, cronogramas e logística da distribuição dos livros). Como os livros já vêm previamente selecionados pelo MEC, muitos professores se sentem impotentes nesse processo e julgam que é inútil gastarem seu tempo com discussões sobre o LD que mais lhe convém.

Os professores gostariam de ser participantes ativos do processo de seleção do LD, de poder analisar com mais rigor os livros didáticos. A falta de condições para que isso ocorra contribui para que ele continue optando por livros de autores já conhecidos e adotados em edições anteriores.

Embora esteja previsto na legislação que é vedada a presença das editoras nas escolas, os dados mostram que estas encontraram alternativas no sentido de influenciar o professor na sua opção por um determinado LD. As editoras divulgam suas obras por meio de envio de mensagens aos professores via correio eletrônico ou durante palestras com a presença de autores de livros, às vezes acompanhadas de brindes. O fato de conhecer o autor parece criar um vínculo afetivo que acaba incidindo na opção do professor no momento da escolha do LD. As pesquisas que analisamos e que foram realizadas anteriormente à essa legislação, mostram que as editoras investiam na divulgação das suas obras nas escolas com maior número de alunos e professores, pois consideravam que assim influenciariam as demais.

A participação da equipe pedagógica e/ou direção das escolas nesse processo é praticamente nula, restringindo-se apenas ao cumprimento das ações que

lhes competem no campo burocrático/administrativo da questão.

Apesar de escolherem os livros didáticos de forma aligeirada, os professores admitem que adotam alguns critérios quando executam essa ação. Esses critérios, segundo nossa análise, podem ser agrupados em dois grupos, os quais denominamos “intrínsecos” (próprios do LD) e “extrínsecos” (externos ao LD).

Entre os critérios “intrínsecos”, destacamos os conteúdos corretos e atualizados, os textos curtos e a linguagem clara e acessível aos alunos, a presença de imagens ilustrativas, além da diversidade e quantitativo de exercícios. Para a Matemática, os critérios mais valorizados foram a sequência dos conteúdos, a contextualização, a presença de exercícios que envolvem situações-problemas. Já para Ciências Naturais foram a atualização do conhecimento científico e dos conteúdos, a acuidade conceitual, a linguagem acessível, os exercícios de fixação, as imagens ilustrativas. Foram pouco valorizadas as sugestões de experimentos, pois, na maioria das escolas, não há condições para a sua realização.

Como fatores “extrínsecos”, tanto os professores de matemática como os das áreas das ciências naturais citaram “a realidade do aluno” como o critério mais importante no ato da escolha. Além disso, os professores das áreas de Ciências Naturais citaram a relação do LD com o Projeto Político Pedagógico da escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais e principalmente com o Referencial Curricular próprio da sua rede de ensino. Esses fatores não são

valorizados pelos professores de Matemática, já as avaliações externas (SAEB/Prova Brasil e ENEM) e o vestibular o são.

Ainda como “fatores extrínsecos” podem ser destacadas as condições de trabalho do professor. Considerando essa questão, o professor prefere o LD que pode ser usado por ele em diferentes turmas e escolas. Isso reduziria o tempo destinado à preparação das aulas. Também por esse mesmo motivo, o professor busca repetir a escolha de um mesmo autor/obra em diferentes edições do PNLD.

A escolha de um autor/obra já conhecida e adotada em anos anteriores pode ter outras razões além desta. Os professores se identificam com os livros didáticos de autores que já publicam há muitos anos e são consagrados no mercado editorial e que, muitas vezes, ele mesmo, quando aluno, usou livros desses autores.

5 O uso do livro didático: o que revelam as pesquisas

Na análise que fizemos das pesquisas sobre o uso do LD nas áreas de Ciências Naturais e Matemática, pudemos verificar que esse material é utilizado para diferentes finalidades e de várias formas.

Em ambos os componentes, observou-se que o LD é usado como fonte de consulta e atualização do professor, como apoio na elaboração do planejamento e na preparação de aulas e como elemento presente nas ações desenvolvidas pelos alunos em sala de aula (leituras, resolução de exercícios, produção de resumos dos conteúdos, visualização de imagens

ilustrativas). O LD é também apontado, principalmente pelo professor iniciante, como um apoio importante na gestão do tempo das aulas, na distribuição dos conteúdos ao longo do ano letivo, na orientação da sequência didática e no balizamento da profundidade do tratamento dos conteúdos.

Os professores das áreas das Ciências Naturais, quando executam as atividades práticas sugeridas nos livros, procuram adequá-las à realidade da escola, dos alunos e das suas condições de trabalho. Os motivos que impedem ou dificultam a execução das aulas práticas são: as escolas, de modo geral, não possuem espaços especificamente destinados a esse fim (laboratórios, materiais apropriados); a carga horária da disciplina é baixa e as práticas tomam muito tempo do conteúdo previsto; faltam condições financeiras aos alunos para a aquisição de certos materiais sugeridos nos livros para a realização das práticas.

Os professores iniciantes são mais apegados ao LD do que os experientes, e fazem uso desse material principalmente como veículo de atualização, no auxílio à comunicação do conteúdo aos alunos (a adequação da linguagem), na elaboração de provas (em busca de modelos, uma vez que também nesse quesito eles não se sentem suficientemente seguros para construir os seus próprios) e no equacionamento das variáveis tempo e conteúdo.

Os textos complementares, em geral, não são trabalhados com os alunos e não são cobrados nas avaliações. Eles apenas são indicados como leitura para o aluno

fazer em casa. O manual do professor também raramente é consultado pelo professor. Os professores sentem falta de informações das suas regiões, pois no LD há uma supervalorização das regiões sul e sudeste.

Todos os professores de Ciências Naturais investigados disseram usar o LD em suas aulas. Alguns o utilizam frequentemente, e outros, mais raramente. Já em relação aos professores de Matemática, foram encontrados alguns que disseram não utilizar o LD fornecido pelo PNLD por considerá-lo inadequado à realidade e ao nível de seus alunos. Esses professores usam outros livros com os quais estão mais familiarizados e que consideram que atendem melhor ao seu aluno.

Alguns professores encontram dificuldades no ensino de certos conteúdos presente no LD. No caso de Ciências, no Ensino Fundamental, essas dificuldades se apresentam principalmente nos assuntos que abrangem cálculos matemáticos, física e química. No caso de Matemática, alguns professores desse componente disseram encontrar dificuldades em trabalhar geometria e conteúdos matemáticos intercalados, “ao mesmo tempo”. Relatam também dificuldades em trabalhar com situações-problemas. Os professores atribuem tais dificuldades às lacunas na sua formação inicial.

Quanto à formação do professor para a participação no PNLD como agente da escolha do LD e também para usar esse recurso no ensino, as pesquisas analisadas indicam que os temas “livro didático” e “PNLD” são pouco ou nada contemplados

nos cursos de licenciatura. Dessa forma, os professores reconhecem que seus saberes acerca da escolha e do uso do LD foram adquiridos na experiência prática, isto é, ao longo dos anos eles vêm construindo suas concepções sobre o LD e os critérios que norteiam a escolha e o modo como o utilizam em suas aulas.

6 Sínteses e considerações finais

Evidenciamos neste trabalho que ainda são escassas as pesquisas que enfocam a escolha e/ou o uso do LD. Do universo analisado, encontramos 60 trabalhos, distribuídos por diversos componentes curriculares (história, geografia, português, alfabetização, inglês, entre outros), dos quais 20 estavam relacionados com os componentes de Biologia, Física, Química, Ciências e Matemática.

Verificamos, pela análise desse conjunto de 20 títulos, que o nível de ensino menos contemplado nas pesquisas é o Médio, com apenas três trabalhos, todos de Biologia. Vimos também que os professores das redes públicas de ensino, de diferentes cidades e regiões do país, foram os sujeitos privilegiados nas pesquisas que analisamos.

Os dados obtidos não nos permitiram identificar nenhum Programa de Pós-Graduação ou orientadores que tenham se destacado pelo quantitativo de pesquisas relacionadas ao tema de interesse deste trabalho. Essas pesquisas se distribuem em uma ou duas por orientador. É razoável pensar, contudo, que é possível encontrar maior concentração de trabalhos em

alguns orientadores quando focarmos nossa busca para o assunto “Livro Didático” apenas.

Comparados os processos de escolha do LD dos componentes curriculares analisados, verificamos que há mais similaridades entre eles do que especificidades. A principal delas, a nosso ver, refere-se ao fato de que a escolha do LD ocorre, em geral, sem as condições necessárias para uma análise criteriosa e crítica dessas obras pelo professor. Em alguns casos, a escolha sequer parte do professor. Dessa forma, a participação desse agente no PNLD fica restrita a referendar as escolhas de outrem (dos especialistas e dos órgãos gestores), tornando a escolha apenas uma questão retórica, em claro descompasso com o que orienta o PNLD para a realização desse processo. O Guia do Livro Didático, nas suas palavras introdutórias, recomenda:

[...] organizem-se em grupos e planejem a leitura e a discussão do Guia; conduzam as discussões com base em um roteiro previamente definido, elaborado por vocês, no qual devem constar aquelas características consideradas imprescindíveis para uma boa obra; verifiquem se a proposta de trabalho de cada obra está de acordo com o projeto político pedagógico e com o currículo da escola para a disciplina em questão; verifiquem, ainda, se a obra apresenta uma progressão adequada [...]. (BRASIL, 2009, p. 9).

Sem as condições necessárias para a realização de uma escolha criteriosa do LD, muitas vezes a opção do professor recai

sobre uma obra que não atende às suas necessidades e, assim, ela deixa de cumprir a sua principal função para o professor: ser um material de apoio nas suas aulas.

O LD não é o único recurso usado pelo professor. Quando é usado, o professor faz adequações à sua realidade. Entre as formas de uso do LD pelo professor, destacam-se: o apoio na construção do planejamento de ensino e das aulas, a fonte de consulta e de atualização.

Os textos básicos e atividades/exercícios propostos são, de modo geral, utilizados pelo professor na condução de suas aulas. Poucos utilizam os textos complementares, bem como atividades que retirem o aluno da sala de aula. O modo como o professor usa o LD influencia, certamente, os critérios que elege para a escolha.

O trabalho ora apresentado suscita algumas reflexões, no sentido de compreender a questão da escolha e uso do LD pelo professor de forma articulada com a sua formação (inicial e continuada) e com as condições de trabalho (a definição das tarefas próprias da sua profissão, a intensificação do trabalho docente, o salário).

As condições em que ocorre a escolha do LD vêm gerando no professor o descompromisso com o PNLD. Eles sentem que não são sujeitos ativos nesse Programa, pois a sua participação na escolha do LD não passa de mera ficção.

Pelo que indicam as pesquisas que analisamos, as escolhas do professor estão reguladas por uma estrutura maior, externa, que dificulta a sua participação autônoma e qualificada. Essa estrutura

inclui (1) o MEC com a sua comissão de especialistas que pré-seleciona os livros que o professor irá escolher; (2) as Secretarias de Educação que atrelam as escolhas do professor às suas orientações curriculares; (3) as condições de trabalho que não lhes proporcionam tempo suficiente para a troca de experiências com os pares, o aprofundamento nos estudos e na análise crítica do LD; e (4) as Instituições que lhes conferiam o diploma sem que tivessem o LD como objeto de estudos nos cursos de licenciatura que ofereceram.

Pelo exposto, e se os dados evidenciados nas pesquisas analisadas se repetem nas diversas escolas públicas brasileiras, o êxito do PNLD pode estar comprometido, pois carece da participação efetiva do professor. E, para que essa participação se efetive, são necessárias mudanças nos cursos de formação inicial dos professores, nas condições em que o professor desenvolve o seu trabalho (condições sociais, econômicas, materiais, didáticas, entre outras), no âmbito dos órgãos gestores que fazem a interação do PNLD com a escola, sempre em busca da construção da autonomia dos docentes da escola básica.

Os dados dos trabalhos que analisamos guardam relações com o momento histórico de constituição e expansão do PNLD como política voltada à distribuição do livro didático nas escolas, bem como da expansão de Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. O aumento desses Programas de Pós-Graduação, a massificação da escola, a expansão do PNLD corresponderam também a um aumento

das pesquisas em torno da questão do Livro Didático.

Como constatamos, há um volume expressivo de pesquisas sobre o tema. Contudo os pesquisadores brasileiros continuam preocupados com essa questão. Em uma passada de olhos no diretório de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, usando a expressão exata “livro didático” e restringindo a busca na área da educação, encontramos, no mês de maio de 2013, quase 50 grupos, fato que indica o andamento de uma produção importante em torno do tema. Esperamos que algumas delas estejam voltadas para elucidar como ocorrem as escolhas dos livros didáticos pelos professores, como o livro comparece nas suas práticas docentes, quais os condicionantes desses processos, como estes se relacionam com o PNLD e quais os impactos dessa política nas escolas.

Por fim, importa registrar que estamos cientes das limitações desta pesquisa, principalmente porque, apesar de termos analisado vários trabalhos acadêmicos na íntegra, tivemos de lançar mão de alguns resumos e artigos para apreendermos o

nosso campo de investigação. De qualquer forma, tivemos prudência ao fazê-lo, pois sabíamos, como adverte Megid Neto (1999), citado por Ferreira (2002, p. 266), que os resumos “por serem muito sucintos e, em muitos casos, mal elaborados ou equivocados, não são suficientes para a divulgação dos resultados e das possíveis contribuições dessa produção para a melhoria do sistema educacional”. De fato, ao longo das primeiras fases da coleta dos dados, constatamos que os resumos apresentados no banco da CAPES nem sempre traziam informações que permitiam identificar o teor da pesquisa. Houve casos, inclusive, em que o resumo diferia totalmente do anunciado no título. Outras vezes eram extremamente reduzidos (duas ou três linhas) ou apresentavam supressão de palavras e trechos, tornando impossível a sua utilização como material de consulta. Somente, então, com a leitura completa ou parcial do texto final da tese ou dissertação, ou do artigo delas derivados, pudemos perceber, com mais clareza, os diferentes aspectos da pesquisa que aqui analisamos.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Livros Didáticos PNLD 2010*: apresentação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional do Livro Didático: histórico*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. *O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo*. 2008. Disponível em: <http://www.ceartudesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2009.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

LIMA, Adriana Araújo; PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. Os processos de escolha e uso do livro didático pelo professor: caracterização das teses e dissertações que abordam essa temática. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE/ESCOLA. SEMINÁRIO SOBRE IMPACTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS REDES ESCOLARES, 2., 2011, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 2011. p. 1-10.

MANTOVANI, Katia Paulilo. *O Programa do Livro Didático-PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009.

MARTINS, Isabel. Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. *Pro-posições*, Campinas, v. 17, n. 1 (49), p. 117-136, jan./abr. 2006.

MEGID NETO, Jorge. *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1999.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

ROMANATTO, Mauro Carlos. O livro didático: alcances e limites. In: ENCONTRO PAULISTA DE MATEMÁTICA, 7., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2004. Disponível em: <www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas.../mr19-Mauro.doc>. Acesso em: 21 mar. 2008.

TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant. *O processo de escolha do livro didático de ciências por professores de 1ª a 4ª séries*. 2003. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ANEXO 1

Trabalhos sobre a escolha e/ou o uso do LD, respectivos autores, IES onde estão vinculados, ano de defesa e componente curricular contemplado

Título do trabalho	Autor(a)	IES	Ano	Comp. Curricular
O ensino de história em fortaleza, CE: investigando o uso do livro didático	Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz	UFPI	1997	História
A autoridade de fonte: como professores de história utilizam o livro didático	Ivonete da Silva Souza	UFSC	2001	História
O uso do livro didático no ensino de história: depoimentos de professores de escolas estaduais de ensino fundamental situadas em São Paulo, SP	Luciana Telles Araújo	PUC/SP	2001	História
O uso do livro didático em sala de aula, por professores de história	Danielle Parker Andrade Espindola	UFMG	2003	História
O uso do livro didático e as formas do conhecimento em aulas de história no ensino médio	Edna da Silva	UFPR	2003	História
Avaliações de coleções didáticas de história de 5ª a 8ª série do ensino fundamental: um contraste entre os critérios avaliativos dos professores e do programa nacional de livros didáticos	Nayara Silva de Carie	UFMG	2008	História
Apropriação docente dos livros didáticos de história das séries iniciais do ensino fundamental	Aléxia Pádua Franco	UNICAMP	2009	História
Leituras e usos do livro didático de história: relações professor-livro didático nos anos finais do ensino fundamental	Ana Beatriz dos Santos Carvalho	UFU	2009	História
Livro didático de história: entre prescrições e usos	Araci Rodrigues Coelho	UFMG	2009	História
O livro didático de história: um caleidoscópio de escolhas e usos no cotidiano escolar (Ceará, 2007-2009)	Isaide Bandeira Timbo	UFRN	2009	História
O uso do livro didático de história nas séries iniciais do ensino fundamental: a relação dos professores com os conceitos presentes nos manuais	Jaqueline Lesinhorski Talamini	UFPR	2009	História
O livro didático em aulas de história nos anos iniciais do ensino fundamental	Ida Hammerschmitt	UFPR	2010	História
Só quero saber do que pode dar certo, não tenho tempo a perder: escolhas e usos dos livros didáticos de história em escolas municipais	Carolina Penafiel De Queiroz	PUC/RJ	2012	História
Decifra-me ou te devo: o que pode o professor frente ao manual escolar	Cristina Maria D'ávila Teixeira	UFBA	2001	Português
Livro didático e discurso pedagógico: uma relação de dependência	José Dalmônico	FURB	2002	Português
O uso do livro didático de português por professores do ensino fundamental	Angela Maria Damaceno Reis Alves	PUC/SP	2006	Português
Livro didático de português: análise das práticas de textualização efetivas em sala de aula de 2ª séries de ensino fundamental	Eliene Estácio Santos	UFAL	2006	Português

Título do trabalho	Autor(a)	IES	Ano	Comp. Curricular
A circulação do livro didático na roça: limites e possibilidades	Djarcia Brito de Santana	UFBA	2008	Português
O livro didático de língua portuguesa e o trabalho do professor no ensino fundamental: uma abordagem dialógica	Jaudete Jardim Meireles Bonow	UCPEL	2008	Português
Livro didático de português: da proposta teórico-metodológica às adaptações no ensino da escrita	Cícero Gabriel dos Santos	UFMG	2009	Português
Escolha e uso de livros didáticos de português: um olhar sobre práticas e discursos.	Hérica Karina Cavalcanti De Lima	UFPE	2009	Português
Dinâmicas discursivas na aula de português: usos de livro didático e projetos didáticos autorais e construção de sentido	Clecio dos Santos Bunzen Júnior	UNICAMP	2009	Português
O livro didático de Português: sua seleção e uso no ensino da leitura	Else Martins dos Santos	UFMG	2011	Português
O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa nas séries finais do ensino fundamental	Luciano de Oliveira	UEPG	2011	Português
A formação do professor e seu vínculo com o processo de escolha e adoção do livro didático	Eliane Righi de Andrade	PUC/CAMPINAS	2003	Português e Inglês
A seleção do material didático para o ensino de língua inglesa	Tânia Azevedo Leite	UNIVALI	2003	Inglês
CrITÉrios de seleção e utilização do livro didático de inglês na rede estadual de ensino de Goiás: um estudo de caso com quatro professoras	Bianca Ribeiro Morais Costa	UFG	2012	Inglês
A escolha e o uso de livros e demais materiais didáticos por professores alfabetizadores do município de Praia Grande, SP	Helenice Martins de Almeida	UNISANTOS	2012	Alfabetização
O processo de escolha das coleções de letramento e alfabetização linguística do Programa Nacional do Livro Didático.	Andrea Guida Bisognin	PUC/SP	2010	Alfabetização
Programa nacional do livro didático para alfabetização de pessoas jovens adultas e idosas: os professores e suas escolhas	Juliane Gomes de Oliveira	UFMG	2011	Alfabetização
Usos do livro didático de alfabetização no primeiro ano de ensino fundamental: uma abordagem etnográfica	Tamara Cardoso André	UFPR	2011	Alfabetização
Relações professor e livro didático de alfabetização	Rosane de Fátima Batista Teixeira	UFPR	2009	Alfabetização
Práticas de leitura na alfabetização de crianças: o que dizem os livros didáticos? o que fazem os professores?	Marília de Lucena Coutinho	UFPE	2004	Alfabetização
A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia	Paula Priscila Gomes do Nascimento	UFPB	2009	Geografia
Livro didático de geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula	Cintia Shukusawa Kanashiro	USP	2008	Geografia
O livro didático e a prática pedagógica do professor de geografia	Denise de Oliveira Alves	UFMT	1995	Geografia

Título do trabalho	Autor(a)	IES	Ano	Comp. Curricular
A importância das atividades prescritas pelo livro didático e pelo professor para a formação de leitores	Fabiana Lumi Kikuchi	UEL	2010	MULT
O livro didático no cotidiano da escola pública de 1º grau	Rafael Moreira de Silva	UFG	1992	NE
A leitura autorizada - o uso do livro didático no cotidiano escolar	Sandra Maria Poltronieri	PUC/RJ	1993	NE
O livro didático no cotidiano da prática pedagógica de professoras: usos que se revelam no Semiárido Brasileiro	Vanderlea Andrade Pereira	UFPI	2012	NE

NE = Não Especificado; MULT = várias disciplinas/componentes curriculares

Recebido em março de 2013
Aprovado para publicação em abril de 2013